

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS PESSOAS JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PORTO BELO

Por favor, leia esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (também chamada de Aviso de Privacidade) cuidadosamente para entender nossas políticas e práticas de tratamento dos seus Dados Pessoais. Esta Política se aplica a indivíduos (pessoas naturais) que interagem com nossos serviços como usuários ("Você").

Esta Política explica como seus Dados Pessoais são coletados, usados e divulgados pelo **OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS PESSOAS JURÍDICAS E DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PORTO BELO** (referido nessa política como a) "a Serventia Extrajudicial", b) "Serventia", c) "Nós", d) "Conosco"). Ela também informa como Você pode acessar e atualizar seus Dados Pessoais e tomar certas decisões sobre como seus Dados Pessoais são utilizados, exercendo seus direitos como titular de dados pessoais.

OBJETIVO DESTA POLÍTICA

A Serventia respeita o direito à privacidade e a proteção de dados pessoais e se compromete a prestar seus serviços em observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), a LGPD. É em cumprimento a essa lei que o Cartório resolveu elaborar e disponibilizar esta Política.

Esta Política tem como **objetivo** estabelecer as diretrizes e procedimentos para o tratamento de dados pessoais pela Serventia Extrajudicial em conformidade com a legislação de proteção de dados, em especial a LGPD (Lei nº 13.709/2018), interpretada em conjunto com a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973), Lei dos Notários e Registradores (Lei nº 8.935/1994), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014, além das Resoluções e Provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça e Corregedoria-Geral do Estado de Santa Catarina, tais quais: o Provimento CNJ nº 134/2022, a Resolução CNJ nº 389/2021, os Provimentos CNJ nº 50/2015, nº 61/2017, nº 74/2018 e nº 88/2019; a Resolução TJ/SC nº 3/2021, o Provimento CGJ/SC nº 24/2021, Circular CGJ/SC nº 104/2021, Código de Normas, entre outros.

Esta Política de Privacidade estende-se a todas nossas atividades de coleta de dados tanto online e offline, abrangendo os dados pessoais que coletamos por meio de nossos vários canais, incluindo (mas não limitado a): requisições feitas em nosso site na web, em aplicativos de troca de mensagens, em redes sociais e na coleta de dados realizada durante a prestação de nossos serviços.

Nós também poderemos agregar **Dados Pessoais** combinados de diferentes fontes, por exemplo, dados pessoais inseridos em requisições em nosso site com dados pessoais fornecidos durante o atendimento presencial.

Caso você opte por não fornecer seus dados pessoais ao requisitar nossos serviços, não seremos capazes de realizá-los. Os serviços notariais e registrais dependem do fornecimento e utilização de dados pessoais dos clientes/usuários da serventia.

Esta Política estabelece diretrizes, procedimentos e fornece importantes informações sobre como tratamos os seus Dados Pessoais, tais quais:

- Definições;
- Princípios;
- Fontes de Dados Pessoais;
- Dados Pessoais Coletados;
- Tratamentos Realizados;
- Bases legais para os tratamentos de dados;
- Finalidades de Tratamento;

Qualquer dúvida em relação à nossa Política de Privacidade pode ser esclarecida entrando em contato com nosso encarregado. Envie um e-mail para: lgpd@baz.adv.br.

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada, conforme mencionado ao final deste documento, razão pela qual aconselhamos nossos usuários a consultá-la periodicamente.

DEFINIÇÕES

Para facilitar a sua compreensão desta política, separamos alguns termos e conceitos importantes:

DADOS PESSOAIS	Qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. <ul style="list-style-type: none">• Todas as informações que possibilitam a serventia Porto Belo identificar os seus clientes/usuários, como: Nome, CPF, RG, Telefone, entre outras.
DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS	Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a Você;
TRATAMENTO	É a expressão usada para identificar toda operação realizada com dados pessoais, por exemplo: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados pessoais, entre outros. Como você pode imaginar, várias dessas operações de tratamento podem ser feitas com seus dados pessoais quando requisita um de nossos serviços notariais e registrais.
TITULAR DE DADOS	É titular toda pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. <ul style="list-style-type: none">• São os visitantes, clientes, funcionários, estagiários e colaboradores terceirizados da serventia Porto Belo
CONTROLADOR	Pessoa natural ou jurídica a quem compete as decisões referentes ao

	tratamento de dados pessoais. <ul style="list-style-type: none"> • É quem tem a decisão de Tratamento;
OPERADOR	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, externa ao quadro funcional do Controlador, que realiza um tratamento em nome dele. <ul style="list-style-type: none"> • Realiza o tratamento em nome do Controlador. • São terceiros, como advogados, contadores, prestadores de serviço, etc.
ENCARREGADO	É o responsável por atuar como canal de comunicação entre o Cartório Porto Belo e Vocês (titulares de dados), e também com a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

PRINCÍPIOS

A serventia se compromete a observar os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em todas as suas operações de tratamento. São eles:



Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

Adequação: compatibilidade do tratamento de dados pessoais com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

Livre Acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

FONTES DE DADOS PESSOAIS

Os seus dados pessoais podem ser coletados pelo Cartório através das seguintes fontes:

Sites da serventia: Nosso site pode ser utilizado para coleta de dados pessoais. Isso inclui tanto site que operamos diretamente através dos nossos domínios e endereços IPs.



Correio Eletrônico e ferramentas de troca de mensagens instantâneas: Serviços utilizados para manter comunicações eletrônicas entre Você e a serventia, incluindo aqueles disponibilizados diretamente por Nós, ou serviços de terceiros como WhatsApp, Telegram, SMS (serviço de mensagens curtas) e similares.



Durante a sua requisição dos serviços do Cartório: Para realizar a prestação de serviços requeridos por Você, a serventia precisa realizar a coleta de alguns dados, para que possa atingir a qualidade e a finalidade da atividade notarial ou registral.



Atendimento presencial e Registros físicos (offline): Informações fornecidas por Você através do preenchimento de Registros físicos (offline) e Formulários impressos ou digitais, durante seu atendimento no Cartório ou em outra interação Conosco.



Centrais de Serviços Notariais e Registrais: A atividade notarial e registral no Brasil está interligada por diversos serviços eletrônicos e bancos de dados que são utilizados no dia a dia da atividade do Cartório. Durante a requisição de um serviço, podemos conectar com esses bancos de dados para coletar dados pessoais seus previamente lá armazenados.

DADOS PESSOAIS COLETADOS

Durante sua interação junto à serventia, podemos coletar alguns tipos de dados pessoais e requisitar de você alguns documentos. Essa coleta é necessária para que o **Cartório** possa realizar os serviços por você requisitados, dando a eles maior segurança jurídica.

A maior parte desses dados e documentos será coletado de maneira presencial, quando você solicitar algum serviço do **Cartório**. Eles podem ainda ser requisitados eletronicamente, através de formulários que disponibilizamos para você ou pelas Centrais de Serviços Notariais e Registrais.

Listamos abaixo os tipos (categorias) de dados pessoais que podemos requisitar de você:

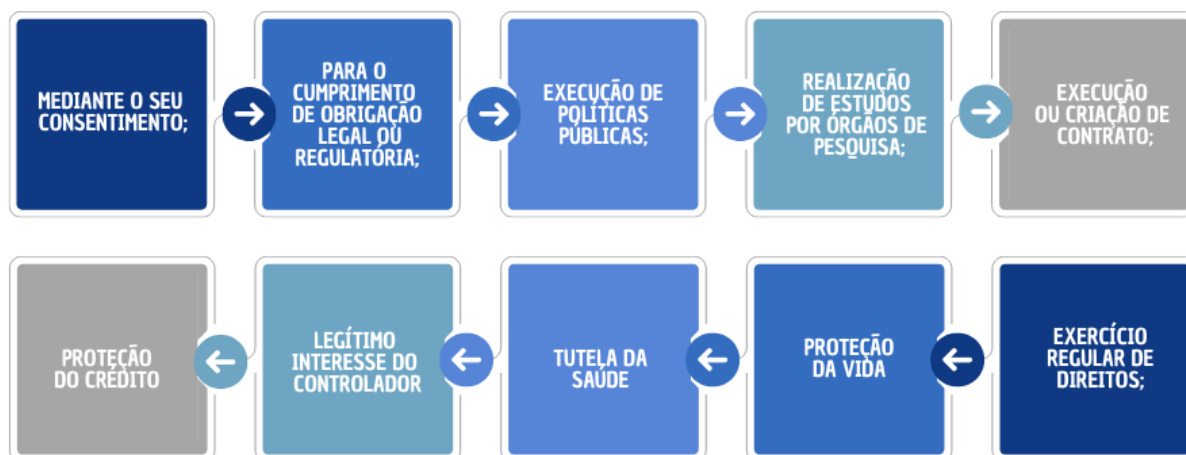
CATEGORIA DE DADOS	FORMA DE OBTENÇÃO	DADOS COLETADOS
Dados Cadastrais	Coletados na primeira vez que o usuário requerer um serviço do Cartório. Eles serão utilizados para criar o seu cadastro.	Nome, CPF, RG, Nome do Pai, Nome da Mãe e sua Assinatura.
Dados de Contato	Alguns de seus dados de contato serão coletados pelo cartório para que possamos entrar em contato com você ou enviar suas requisições. Os seus dados de contato podem ainda ser exigidos em razão de alguma lei ou regulamento.	Telefone Celular, Telefone Fixo, Telefone Comercial, Número WhatsApp, endereço eletrônico (e-mail)
Dados necessários para os Serviços prestados pelo Cartório¹	<p>Todo serviço prestado pelo Cartório vai exigir que você forneça certos dados pessoais. Caso você não os forneça, não poderemos realizar o serviço.</p> <p>A coleta desses dados é autorizada por leis ou provimentos de autoridades nacionais, como o Tribunal de Justiça, a Corregedoria-Geral de Justiça, ou o Conselho Nacional de Justiça.</p>	<p>Na maioria dos casos vamos requerer: Nome, CPF, RG, Profissão, endereço, e-mail, telefone.</p> <p>Pode ser que os serviços por você requeridos exijam outros dados ou documentos pessoais, como sua Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, Nome, CPF e RG de familiares.</p>
Dados Financeiros	Para que o Cartório preste os serviços por você requeridos, precisamos cobrar determinados valores. É o que chamamos de <i>emolumentos</i> . Em razão disso podemos ter acesso, após a transação/pagamento, a alguns de seus dados financeiros quando você realizar esses pagamentos.	Serão coletados: dados bancários, número de cartão de crédito, dados de faturamento.

A quantidade e os tipos de dados pessoais coletados variam conforme a natureza da relação que o titular do dado pessoal tem com a serventia. Coletamos diferentes dados caso o titular seja apenas um visitante do site, esteja solicitando uma proposta de prestação de serviços ou já fazendo uso dos serviços contratados, por exemplo.

¹ O Cartório Porto Belo utiliza os dados pessoais para o cumprimento de sua missão, conforme cada espécie de ato notarial praticado, sendo que os termos desses tratamentos podem ser encontrados no próprio site do Cartório nas abas "Requisitos para Registro".

BASES LEGAIS

As operações de tratamento realizadas pelo **Cartório** com seus dados pessoais somente poderão ser realizadas sob as 10 hipóteses (bases legais) permitidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. São essas hipóteses:



Estando uma dessas bases legais presentes, o tratamento de dados pessoais é legítimo. No caso da serventia extrajudicial, em razão de prestar um serviço público previsto em leis, regulamentos e provimentos, as operações de tratamento (coleta, compartilhamento, armazenamento, etc.) realizadas para prestar os serviços de registro ou notariais serão realizadas para o **cumprimento de obrigação legal ou regulatória, não sendo necessário à nossa coleta do seu consentimento** para realização desses serviços.

Já a coleta e armazenamento de seus dados pessoais de contato, como o e-mail informado no site ou o número do WhatsApp que você utilizou para entrar em contato com o **Cartório** são realizadas sob a hipótese do **Legítimo Interesse do Controlador**, pois esses dados são mantidos para a melhor prestação do serviço do **Cartório** e para dar ciência ao titular de dados (Você) sobre o andamento de serviços requeridos.

FINALIDADE DO TRATAMENTO

Os itens a seguir descrevem as finalidades para as quais a serventia, coleta seus Dados Pessoais, e os diferentes tipos de Dados Pessoais que coletamos para cada finalidade. Note que nem todos os usos abaixo serão relevantes para todos os indivíduos e podem se aplicar apenas a situações específicas.

FINALIDADES
Identificação, autenticação e autorização dos clientes do Cartório;
Qualificação do cliente (titular de dados) nos atos relativos ao serviço de registro civil e registro de títulos e documentos, que são os serviços prestados pelo Cartório;
O tratamento de dados pessoais realizado pelo Cartório tem por objetivo atender a sua finalidade pública, que é dar publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos, ou seja, os serviços que você procura nos Cartórios, como um registro de casamento, escrituras públicas,

procurações públicas, etc.

Atender adequadamente às solicitações e dúvidas, bem como prestar suporte, fornecendo, sempre que requerido por 'Vocês', informações sobre a coleta, tratamento, arquivamento, processamento e eliminação dos seus dados;

Manter atualizados cadastros para fins de contato por telefone, correio eletrônico, SMS, mala direta ou por outros meios de comunicação;

Enviar mensagens por correio eletrônico (e-mail) ou aplicativo de mensagens sobre o andamento de seus pedidos;

Aperfeiçoar o uso e a experiência interativa durante a navegação em nosso site, sistemas e serviços prestados pela serventia, aprimorando os produtos e serviços oferecidos;

Resguardar a serventia extrajudicial de direitos, obrigações e exercer o Direito de Defesa em quaisquer instâncias judiciais, administrativas e/ou arbitrais;

Manter conformidade (compliance), controles internos, auditorias internas e externas;

Gerenciar riscos e detectar, prevenir, detectar e contribuir com a investigação de fraudes, violações da lei, políticas ou termos de uso aplicáveis e outras atividades potencialmente ilegais ou proibidas, oriundas de notificações de autoridades do judiciário, policiais, órgãos reguladores, instituições governamentais;

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Nós da serventia também coletamos, armazenamos e tratamos determinadas categorias especiais de Dados Pessoais considerados sensíveis. Somente faremos a coleta desses dados quando exigido por alguma lei ou provimento específico.

DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pode ser que para a execução de suas atividades a serventia precise realizar a coleta de dados pessoais de crianças ou adolescentes. Essa coleta estará pautada por leis ou provimentos específicos, e isso será informado no momento que os dados forem requisitados aos responsáveis pela criança ou adolescente.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Além de compartilhar internamente entre nossos colaboradores, fornecedores e terceirizados, como os provedores de serviços de tecnologia, sistemas de gerenciamento do cartório e banco de dados, nós podemos compartilhar seus Dados Pessoais com os seguintes tipos de organizações de terceiros:

- Os seus dados pessoais poderão ser compartilhados com terceiros sempre que necessário para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória. A razão disso é que a atividade dos Cartórios tem como princípios dar publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos

jurídicos. Por isso alguns dos seus dados pessoais podem, então, ser compartilhados com outras entidades, como a Secretaria da Receita Federal, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e o Colégio Notarial do Brasil, ou com os bancos de dados nacionais de serviços extrajudiciais, como a CENSEC.

- Os dados serão compartilhados entre os setores da serventia, sempre que necessário para atender o fluxo dos processos internos, de acordo com as bases legais definidas e finalidades prescritas. O compartilhamento ocorrerá mediante as telas do sistema, e-mail, sistemas de mensagens ou através de documentos físicos.
- Compartilhamento entre os provedores de serviços e soluções de gerenciamento do cartório: empresas contratadas para auxiliar direta ou indiretamente na manutenção dos serviços registrais, notariais, bem como nos serviços administrativos-financeiros. Esses provedores de serviço terão acesso aos dados pessoais para execução de tarefas que lhe sejam requisitadas;
- Compartilhamento com o Poder Judiciário de Santa Catarina, durante suas atividades fiscalizatórias;
- Para proteger e defender a serventia extrajudicial (incluindo nossos Termos e Condições).
- Os dados pessoais poderão ser compartilhados com profissionais de auditoria, próprios ou terceirizados;
- O compartilhamento de dados poderá ocorrer com entidades ligadas ao governo (Federal, Estadual ou Municipal), empregadores, rede prestadora de serviços, entre outros.

Realizamos tais transferências de dados e compartilhamentos somente quando necessário, aplicando as técnicas de segurança adequadas para minimizar riscos de perda ou vazamento de dados nestas condições.

COOKIES E SIMILARES

Os Cookies são alguns pequenos arquivos de texto que são colocados no seu computador ou dispositivo portátil por sites ou serviços na web que Você utiliza. São utilizados para garantir o bom funcionamento e para melhorar o uso e as funcionalidades de sites e demais serviços online, assim como para fornecer informações aos proprietários do site ou serviço online, possibilitando que ele entenda melhor o visitante que está utilizando o site e o serviço online.

O site da serventia extrajudicial **utiliza cookies, e há um aviso de aceite no canto inferior da tela quando você entra no site**. Caso isso mude, você será informado através de uma versão atualizada desse aviso de privacidade.

RETENÇÃO E EXCLUSÃO DE DADOS

De acordo com a legislação vigente, Nós utilizamos seus Dados Pessoais pelo tempo necessário para satisfazer as finalidades pelas quais eles foram coletados, conforme descrito nesta política, ou para cumprir com os requerimentos legais aplicáveis. No momento do término do tratamento de seus Dados Pessoais, estes serão eliminados no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação nas situações previstas na legislação vigente.



Em razão da função do Cartório de dar publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos, estamos impedidos por leis e regimentos a excluir determinados dados pessoais de nossos livros e bancos de dados. Quando for o caso, você será devidamente informado disso.

Você pode obter maiores detalhes sobre a retenção dos seus Dados Pessoais através dos canais de comunicação detalhados nesta política.

SEUS DIREITOS

Você, enquanto titular de dados pessoais, poderá a qualquer momento solicitar e obter do controlador, em conformidade com o Art. 18 da Lei Geral de Proteção de Dados, alguns direitos específicos, que serão listados abaixo.

É importante observar, no entanto, que tais direitos não são absolutos e poderão estar condicionados ou até mesmo impossibilitados diante das previsões legais específicas dos registros públicos. A própria LGPD estabelece, em seu artigo 23, que “os prazos e procedimentos para exercícios dos direitos do titular perante o Poder Público observarão o disposto em legislação específica.

São os direitos do titular de dados pessoais:



Confirmação: direito a ser informado sobre a existência de tratamento.



Acesso: direito de solicitar o acesso aos dados pessoais tratados, por documento elaborado pelo Cartório (importante lembrar que esse documento não é dotado de fé pública e que não substitui as certidões inerentes dos serviços notariais e registrais);



Correção: direito de solicitar a alteração dos dados pessoais tratados sempre que estiverem incompletos, inexatos ou desatualizados. Em alguns casos, a correção só poderá ser feita por meio próprio (como a averbação), não sendo possível que o Cartório atenda, nesses casos, o direito de correção de forma gratuita.



Restrição: direito de solicitar a anonimização, o bloqueio ou a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados pela serventia extrajudicial em desconformidade com a legislação de proteção de dados pessoais.



Portabilidade: direito de solicitar a transmissão dos dados tratados pela serventia **para** outro fornecedor de serviços. Esse direito só se estende aos dados pessoais coletados através do consentimento, não abrangendo aqueles coletados para a prestação dos serviços notariais e registrais.



Eliminação: direito de solicitar a eliminação dos dados pessoais tratados pela serventia **com** o consentimento do Usuário. Não será possível que o titular de dados requirite a eliminação de dados pessoais lavrados nos livros de registro, pois sua manutenção atende ao princípio da publicidade e constitui obrigação legal do Cartório.



Informação: direito de ser informado sobre as entidades públicas e privadas com as quais a serventia **compartilhou** dados (com exceção dos dados compartilhados com o COAF, em razão do sigilo imposto pelo Provimento CNJ nº 88/2019).



Revogação do consentimento: direito de revogar o consentimento a qualquer momento, através de manifestação expressa, por procedimento gratuito e facilitado.

Estes direitos podem ser exercidos através dos canais de comunicação detalhados nesta política, sendo necessário à validação da sua identidade através do fornecimento de cópia de um documento

de identificação válido com Foto ou meios equivalentes de identificação, em conformidade com a legislação vigente.

Os direitos do titular de dados pessoais previsto pela LGPD devem ser interpretados de maneira conjunta com as leis, regulamentos e provimentos referentes aos serviços notariais e registrais (os serviços realizados pelo Cartório), de forma que alguns desses direitos não poderão ser atendidos pelo Cartório, devido aos princípios que regem os registros públicos. Como explicado acima, alguns desses direitos não poderão ser atendidos plenamente pelo Cartório, nesses casos, isso será devidamente explicado para o titular de dados.

ALTERAÇÕES NA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Sempre que Nós decidirmos mudar a forma que tratamos os seus Dados Pessoais, esta Política de Privacidade será atualizada. Nos reservamos o direito de fazer alterações às nossas práticas e a esta Política de Privacidade a qualquer tempo, desde que mantida a conformidade com a legislação vigente.

Recomendamos que Você a acesse com frequência, ou sempre que existir algumas dúvidas, para ver quaisquer atualizações ou mudanças à nossa Política de Privacidade.

ENCARREGADO

Em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2019), foi indicado o Escritório para desempenhar o papel de encarregado e atuar como canal de comunicação entre o controlador (a Serventia), operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

- O encarregado pode ser contatado pelo e-mail **lgpd@baz.adv.br** e telefone/WhatsApp **(48) 99153 - 1491** (Encarregado);
- O Encarregado pode, ainda, ser contatado através de formulário disponível no site da serventia.

COMO ENTRAR EM CONTATO

Caso após a leitura desta política de privacidade permaneça alguma dúvida, Você pode entrar em contato conosco utilizando os seguintes canais:

- **Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais:**
 - Nome: Bornhausen & Zimmer Advogados Associados
 - E-mail: lgpd@baz.adv.br
 - Telefone: (48) 99153 - 1491
- **WhatsApp**
 - (48) 99153 - 1491 (Encarregado)
- **Por telefone:**
 - (47) 3369 - 9087,
 - (47) 3369 - 4977,
 - (47) 3369 - 6733;
- **Pessoalmente ou por correio convencional:**
 - Rua Capitão Gualberto Leal Nunes, Nº 135, Sala 03 - Centro; Porto Belo - SC - CEP: 88210-000.

A Serventia receberá, investigará e responderá, dentro de um prazo considerado razoável, qualquer solicitação ou reclamação sobre a forma como Nós tratamos seus Dados Pessoais, incluindo reclamações sobre desrespeito aos seus direitos sob as leis de privacidade e proteção de Dados Pessoais vigentes.

